



## O TRABALHO DOCENTE COM A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL CONCEITOS E PRÁTICAS NOS ENSINOS FUNDAMENTAL I E II

Prof. Dra. Cristina Aparecida Reis Figueira<sup>1</sup>

**INSTITUTO SUPERIOR VERA CRUZ**

**EDUCAÇÃO BÁSICA – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

O processo de ensino e aprendizagem deve, necessariamente, incluir diversas possibilidades pedagógicas que estimulem um olhar mais abrangente sobre a diversidade cultural humana. O Ensino de História tem se ocupado com a educação patrimonial que abre um leque de interessantes possibilidades para compreender o processo de construção das identidades e memórias coletivas e de noções que envolvem as temáticas da cidadania, direitos humanos e os valores da alteridade, prática da ética, e concepções de solidariedade e de participação. Nesse quadro, a presente comunicação tem como proposta apresentar, contextualizar e discutir o itinerário de trabalhos com a Educação Patrimonial realizado a partir de minha experiência como Professora de História, como Orientadora de Sala de Leitura da Rede Municipal de Educação de São Paulo e, também como autora da Coleção Didática *Mundo Amigo*, destinada ao Ensino Fundamental I e do livro *Educação Patrimonial no Ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental: conceitos e práticas*, esse último direcionado a formação docente, publicações resultantes da parceria com Lilian Lisboa Miranda. Tanto a prática docente, como o trabalho autoral envolveram escolhas de abordagem, a definição de objetivos e de procedimentos para educação patrimonial. Essas escolhas foram feitas a partir da adoção de perspectivas historiográficas, como o conceito *lugares de memória*, do historiador francês Pierre Nora, apresentado em seu artigo *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Esse conceito orientou a abordagem sobre a relação história – memória e identidade coletiva no processo de globalização. Além desse referencial teórico, a produção da coleção didática e do livro de formação foi orientada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, das Diretrizes Curriculares Nacionais e prescrições dos editais do Programa Nacional do Livro Didático e do Programa Nacional Biblioteca Escolar. Assim, pretende-se problematizar e compartilhar as experiências com a abordagem da educação patrimonial nas posições de professora e autora da área de História. Trata-se, assim de um diálogo historiográfico que poderá contribuir com a pesquisa e reflexão do Ensino de História.

Palavras chaves: Educação Patrimonial – Ensino de História – Práticas de Ensino.

### **Introdução**

---

<sup>1</sup> Mestrado e Doutorado pelo Programa De Estudos Pós Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, pela Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP. Ministras as disciplinas História de Educação e Políticas Públicas em Educação no Instituto Superior Vera Cruz, em São Paulo, SP; é professora da Educação Básica na Rede Municipal de Educação em São Paulo; presta serviços autorais e de assessoria pedagógica para Edições SM, em São Paulo. E-mails [crisreis1789@hotmail.com](mailto:crisreis1789@hotmail.com); [crisvivi@uol.com.br](mailto:crisvivi@uol.com.br).



O processo de ensino e aprendizagem deve incluir a abordagem de temas que possibilitem aos educandos o conhecimento e a reflexão sobre a diversidade cultural humana. Envolve também a construção de noções de cidadania, direitos humanos e a reflexão sobre as práticas da alteridade, da ética e compreensão acerca da importância da sociabilidade com convivência solidária e participativa na sociedade.

O Ensino de História tem se ocupado em pensar possibilidades didáticas para a constituição de noções entre os alunos e alunas sobre os sentidos de pertencimento, de valorização e de preservação do patrimônio. Sendo assim, a área História cumpre um importante papel na proposta e consecução da educação patrimonial, seja com propostas de projetos interdisciplinares relacionados à temática do patrimônio histórico cultural, seja em ações de aprendizagem para ampliação da consciência sobre o lugar de cada um na construção da identidade local e na percepção desta na globalização.

Trata-se de uma comunicação inscrita no *eixo temático 77: História, memória e práticas educativas no ensino de história, na história da educação e na educação patrimonial*, proposto na edição do *XVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos Historiadores – Velhos e Novos Desafios*, realizado entre 27 e 31 de julho, na cidade de Florianópolis organizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e pela Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH).

O principal objetivo da comunicação é apresentar os principais conceitos historiográficos e procedimentos metodológicos orientadores das práticas com a educação patrimonial nas experiências com a docência e com o trabalho autoral. Consiste nos interesses que pautaram minha experiência como Professora de História, como Professora Orientadora de Sala de Leitura na Rede Municipal de Educação de São Paulo – entre 1991-2015, e como autora da **Coleção Didática Mundo Amigo – História**, destinada ao segmento Ensino Fundamental I e do livro: **Educação Patrimonial no Ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental: conceitos e práticas**, obra que compõem a *Coleção Somos Mestres* direcionada a formação de professores. As duas publicações foram elaboradas em parceria com Lilian Lisboa Miranda, sob a encomenda da SM-Edições Ltda.

***O ensino de História e a Educação Patrimonial***

A educação patrimonial deve proporcionar a experiência do acesso e do conhecimento dos bens culturais. Seu principal objetivo é promover um novo olhar para o patrimônio cultural local, nacional e global. Esse novo olhar deve despertar a curiosidade e o interesse em conhecer essa diversidade, logo, essa história começa com a identificação das marcas da humanidade.

Nosso mundo está repleto de marcas de eventos naturais do planeta, decorrentes de transformações geológicas, geográficas e resultantes da interação da humanidade e o ambiente. As marcas são os testemunhos das realizações do tempo vivido. Cabe à História reconhecer, analisar, compreender, interpretar e construir seus significados dessas marcas humanas no espaço e no tempo. As que existem independentes da ação humana são denominadas bens ambientais naturais. As que decorrem da ação dos homens são bens ambientais culturais. Àquelas resultantes da dinâmica de interação com a natureza e de sua transformação são bens sociais. Sob a forma de objetos, edifícios, imagens, escritos, sítios arqueológicos, paisagens, tradições, sons, pensamentos, concepções e ideias são bens culturais.

Os bens culturais, expressões da produção humana de ordem material ou imaterial, designam tudo àquilo que possibilita aos homens e mulheres conhecerem a si mesmos e tomarem consciência sobre seu lugar no mundo em que vivem.

O patrimônio cultural envolve as manifestações culturais, os saberes, os fazeres, as representações de um povo, de uma comunidade, em diversas dimensões como os seus modos de pensar, os valores que orientam suas práticas de sociabilidade. Está presente nos diferentes espaços da vida cotidiana, nas construções, nos bens móveis manifestando-se também nas formas de trabalho e de lazer. Como expressão da subjetividade de um povo compõe as manifestações artísticas, a literatura, as formas como são manifestados os cultos etc. É o patrimônio cultural que faz de um povo o que ele é. Seu tecido forma a identidade coletiva. Os bens culturais que constituem o *patrimônio material* e o *patrimônio imaterial* são marcas que podem ser convertidas em fonte e em objeto do conhecimento histórico.

O sentimento de pertencimento a um lugar está condicionado ao reconhecimento dos bens culturais de sua existência e envolve a conformação das identidades e dos valores que orientam as práticas sociais de um povo. Como prática social, os bens culturais adquirem valores que lhes são atribuídos processualmente, em espaços

determinados, e ao longo do tempo conformam sentidos, significados diversos. As diversas representações dos bens culturais construídas ao longo do tempo e condicionadas por diferentes contextos históricos compõem as identidades coletivas.

A classificação do *patrimônio cultural* foi adotada da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e compreende a divisão em dois grupos: o *patrimônio material* e o *patrimônio imaterial*.

O *patrimônio material* constitui-se por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: histórico, belas artes, artes aplicadas, arqueológico, paisagístico e etnográfico. Eles estão divididos em bens imóveis (núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos) e bens individuais e nacionais móveis (coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos)<sup>2</sup>.

O *patrimônio imaterial* compreende as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, instrumentos, objetos, artefatos e lugares que são reconhecidos por comunidades como parte integrante de seu patrimônio cultural. É caracterizado por sua transmissão de geração para geração e por sua constante recriação pelas comunidades em função de seu ambiente, interação com a natureza e de sua história. Esse processo de construção e reconstrução gera um sentimento de identidade e de continuidade<sup>3</sup>.

Nos últimos trinta anos, o ensino de História no Brasil passou por uma significativa renovação provocada pela elaboração de propostas curriculares realizadas por diferentes estados e municípios da Federação, pela criação por parte do governo federal dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a adoção de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e pela constante tentativa de reflexão por parte de professores, pesquisadores e do poder público na análise das mudanças da aprendizagem e do próprio caráter do conhecimento no mundo contemporâneo. A abordagem da área de História sobre a Educação

---

<sup>2</sup> Cf. abordagem conceitual adotada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan: <http://www.brasil.gov.br/sobre/cultura/patrimonio/patrimonio-material-e-imaterial>. Acesso em: 16. Set. 2011.

<sup>3</sup> Ibid.



Patrimonial passou a ter maior expressividade como conteúdos nos livros didáticos e paradidáticos mais recentemente na primeira década do século XXI.

Todo esse esforço expresso nos documentos oficiais, no mercado editorial e nas preocupações dos professores em seu trabalho em sala de aula advém de uma nítida percepção da necessidade de se aproximar o ensino de História do universo do educando e, portanto, da sociedade como um todo, num contexto mundial que se mostra cada vez mais marcado pela tecnologia da informação, pela ideia de simultaneidade, por uma constante demanda do mundo profissional extremamente competitivo e por uma nova e desafiadora forma de apreensão do presente e do passado.

O esforço da reformulação curricular e da própria concepção de aprendizagem, realizada a partir da década de 80 do século passado, pautou-se na busca, em meio ao processo de redemocratização que o país vivia após anos de regime de exceção, para incluir e fortalecer a participação de enormes setores da sociedade brasileira que viviam à margem da prática da vida cidadã.

No que se refere à relação existente entre ensino e aprendizagem no âmbito das políticas educacionais, a partir dos anos 90 com a adoção dos Parâmetros Curriculares Nacionais, buscou-se problematizar e analisar o que se deveria ensinar nas escolas de todo o país e assim elaborar parâmetros para a formação do currículo escolar capaz de servir como guia para as políticas educacionais em todo o território nacional, mas também se passou a se refletir como o aluno aprende e que elementos, meios e métodos poderiam tornar esse aprendizado mais autônomo e vinculado à vida em sociedade e à vivência cidadã.

Mais recentemente, a reflexão dos educadores procurou integrar os vários conhecimentos desenvolvidos na escola ao conteúdo escolar, o que acrescentou o trabalho com a educação patrimonial, além daquilo que se denominam os conteúdos explícitos de cada disciplina, também a posse e o desenvolvimento de valores, habilidades e competências que integrariam os conhecimentos necessários ao aluno para o pleno exercício de sua cidadania e para a compreensão de valores culturais, sociais e políticos tanto da sua como de outras sociedades. Nessa perspectiva, outro aspecto que passou a integrar as novas propostas educacionais para a área de história foi o reconhecimento da existência do conhecimento prévio do aluno, desenvolvido tanto no



âmbito escolar por meio da educação formal, como por meio de sua vivência em meio à família e à sociedade.

***A Coleção Mundo Amigo-História e Educação Patrimonial no Ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental: conceitos e práticas***

A coleção didática *Mundo Amigo-História* foi publicada e aprovada pelo PNLD em 2009, circulando também na versão mercado desde então. O livro sobre a educação patrimonial foi aprovado pelo PNBE e circula somente na versão governo desde 2012. Essas publicações foram exitosas na avaliação dos Editais PNLD e PNBE e alcançaram tiragens expressivas circulando por todo Brasil.

A produção desses livros foi feita na vigência de políticas públicas como: o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) e do Plano Nacional Biblioteca (PNBE), tendo recebido influência dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), documento tornado público pelo Ministério da Educação (MEC) em 1997-1998 e do recente debate historiográfico.

A coleção *Mundo Amigo-História* trabalha com textos de várias matrizes, textos historiográficos, textos jornalísticos, textos iconográficos, textos literários buscando desenvolver a capacidade de leitura e ampliando também as possibilidades de análises do passado e do presente. A ênfase no trabalho com temáticas de diversos grupos sociais e povos, por meio dessas diferenciadas fontes textuais, permite ao professor abordar as transformações nas concepções de tempo, evitando assim a noção de um tempo contínuo e evolutivo para toda a humanidade.

Outro relevante da coleção *Mundo Amigo- História* reside na forma pela qual se buscou valorizar uma dimensão de cultura material e imaterial, a questão do patrimônio artístico, histórico e cultural brasileiro para dessa forma destacar as ações de homens e mulheres comuns ao longo de diferentes espaços-temporais. A temática perpassa os capítulos dos volumes e aborda com especificidade, o capítulo 6, intitulado *O patrimônio histórico brasileiro* com as abordagens: 1. O que é patrimônio histórico?; 2. Centros Históricos no Brasil; 3. Objetos do passado e do presente; 4. As falas e os gestos que vieram do passado. Nessa abordagem, são trabalhados conceitos relacionados ao patrimônio histórico cultural material e imaterial e procedimentos para a valorização e respeito às identidades c local, nacional e global.

A abordagem historiográfica para elaboração da Coleção Didática *Mundo Amigo- História*, do livro *Educação Patrimonial no Ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental: conceitos e práticas* e o meu trabalho cotidiano em sala de aula guardam filiações com o debate historiográfico que problematiza as relações história – memória – identidade social e educação patrimonial.

História, memória e identidade social são aspectos centrais para o estudo e compreensão do significado da educação patrimonial. Memória tem muitas acepções. Em História pode significar fonte para o conhecimento histórico ou mesmo as compreensões que diferentes sociedades tiveram do que deveria ser esquecido e do que deveria ser lembrado. Já identidade social trata-se do conhecimento de si como agente ativo do processo histórico, configurando-se, ao mesmo tempo, como objeto da história.

Esse debate encontra-se abordado no livro: *Educação Patrimonial no Ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental: conceitos e práticas* foi organizado em oito capítulos: 1) Compreender para valorizar; 2) A questão patrimonial no Brasil: História e política; 3) Memória e identidade; 4) Patrimônio cultural e educação; 5) Metodologia da educação patrimonial; 6) História local, identidade e patrimônio cultural; 7) Patrimônio cultural e educação patrimonial; 7) Patrimônio cultural e educação patrimonial: materialidade e imaterialidade; e 8) Museus e Arqueologia: História e Iniciativas atuais acerca do Patrimônio cultural brasileiro. Trata-se de um livro que tem como objetivo oferecer subsídios conceituais, procedimentais e atitudinais para professores e interessados em desenvolver atividades e projetos com a educação patrimonial.

Tanto na prática docente em sala de aula, ao trabalhar com os alunos e alunas, como na elaboração dos livros já mencionados foi de fundamental o conceito *lugares de memória*, do historiador francês Pierre Nora, apropriado da leitura de seu artigo: *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, o conceito é uma ferramenta que ajuda a caracterizar a situação que vivemos hoje no processo de globalização.

O conceito *lugares de memória* de Nora (1999) refere-se aos rituais, as festividades, danças, cantigas e técnicas de trabalho que transformam a matéria-prima em artesanato e outras manifestações que são transmitidas de geração para geração. São ingredientes da identidade social do grupo de que se originam, e o sentimento que neles prevalece é de continuidade. Trata-se de um conceito que ajuda o professor a fazer

escolhas sobre a seleção de lugares de memória para o trabalho didático que pode recair tanto na dimensão mais local, como no contexto mais abrangente de uma sociedade ao longo do tempo.

Na última metade do século XX, acentuou-se o sentimento de que vivemos em um mundo cada vez menor e cada vez mais global. Se, por um lado, esse fato mostra-se extremamente rico, no que se refere a circulação de ideias e acesso a informação e as produções artísticas, literárias, por outro percebe-se que a história local e regional, e a memória coletiva de espaços delimitados e a identidade local necessitam ser trabalhada a partir da educação patrimonial.

Nessa, perspectiva, a abordagem sobre o conhecimento, a conservação, a preservação são desafios tanto para os educadores, como para as políticas públicas e para as comunidades de cada lugar, sendo necessária a constante reflexão por parte do professor, como de materiais didáticos e de formação adequados a consecução desse desafio, qual seja, trabalhar a educação patrimonial na escola.

Como componente curricular, o ensino de história deve proporcionar situações didáticas que permitam aos aprendizes conhecerem os bens culturais, para que possam compreender e valorizar aquilo que é comum a determinado grupo social. Nesse sentido, é de fundamental importância que a área de História desenvolva na escola propostas interdisciplinares e ações pedagógicas voltadas para a construção conceitual de patrimônio cultural.

### ***O trabalho em sala de aula com a educação patrimonial – Metodologias da educação patrimonial***

O trabalho em sala de aula envolve a reflexão constante por parte dos professores. A busca de material adequado aos objetivos educacionais é atividade rotineira na escola. Apesar de contarmos, no Brasil, com políticas públicas voltadas à distribuição de livros didáticos e à constituição de acervos educacionais, é necessário que o professor selecione constantemente material adequado à aula que deseja ministrar.

No que diz respeito à educação patrimonial no trabalho em sala de aula questões como estas podem ajudar a estabelecer a pesquisar, selecionar e organizar o material para o trabalho com a educação patrimonial: a) Como trabalhar com a memória e o patrimônio cultural na escola? b) Quais material posso selecionar para desenvolver

atividades e projetos que levem os alunos a conhecer, valorizar e aprender a preservar os bens culturais de nosso patrimônio? c) Como trabalhar atitudes de respeito e valorização do patrimônio cultural? d) Como posso iniciar o planejamento de ações didáticas e de projetos relacionados ao patrimônio cultural de forma sistemática?

Uma possibilidade é adaptar os recursos de que dispõe na escola criar ambientes de aprendizagem, o que pode ser feito a partir de uma rica interlocução com seus alunos, pares, funcionários e moradores da comunidade na qual a escola está inserida.

De acordo com Horta (2009), a metodologia da educação patrimonial compreende um conjunto de práticas e experiências voltadas à percepção, ao conhecimento, à apropriação, à compreensão, ao reconhecimento, à valorização e à preservação dos diversos bens, tangíveis e intangíveis, de nosso patrimônio cultural.

Sua principal proposta é orientar a organização de atividades e estudos interdisciplinares a fim de suplantar a fragmentação dos conteúdos nos currículos escolares. Para tanto, é necessário propor e realizar projetos de trabalho nos quais o aluno seja estimulado a fazer uma leitura crítica da realidade e, conseqüentemente, tornar-se capaz de propor soluções para a resolução de problemas, proporcionando-lhe a experiência da relação direta com os bens e as manifestações culturais.

Os princípios da metodologia para a educação patrimonial foram desenvolvidos na década de 1970, na Inglaterra e disseminaram-se em outros países do mundo. No Brasil, foram introduzidos pela museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta a partir de 1983, por ocasião do 1.º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, organizado pelo Museu Imperial, em Petrópolis (RJ). Após a realização desse seminário – considerado pelo Iphan o marco inicial da educação patrimonial em nosso país –, projetos e ações relativos à aplicação dessa metodologia foram desenvolvidos em diversos lugares do país. Essas experiências foram registradas, com o apoio do Iphan e do Ministério da Cultura, no Guia Básico da Educação Patrimonial, como incentivo ao conhecimento do nosso patrimônio.

De acordo com Horta (2009), a metodologia da educação patrimonial deve ser um processo permanente e sistemático, podendo ser aplicado a qualquer evidência material ou imaterial, aos bens tangíveis e intangíveis, seja no exame direto de um único objeto, seja na análise de um conjunto de bens culturais: uma paisagem, um sítio arqueológico, um parque, uma área de proteção ambiental, uma manifestação da cultura,

processos de trabalho artesanal ou industrial, saberes e fazeres da cultura popular e quaisquer outras expressões decorrentes da relação trabalho humano-ambiente.

A abordagem da evidência material ou imaterial escolhida deve ser feita de forma direta, como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. Essa metodologia constitui-se de quatro etapas: 1ª) Observação: consiste na identificação dos objetos, saberes e rituais próprios do lugar onde se desenvolve a atividade, bem como a percepção e caracterização de suas respectivas funções e significados. O objetivo dessa etapa é que se alcance a percepção visual e simbólica da evidência investigada, por meio do processo de coleta de entrevistas e de relatos de memória direcionados pelos procedimentos da história oral. 2ª) Registro: trata-se do registro dos bens observados, por meio de desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, vídeos, maquetes e plantas arquitetônicas etc. O objetivo é mensurar ou estabelecer o valor patrimonial desses bens para a comunidade. 3ª) Exploração: consiste no desenvolvimento da capacidade de análise, de julgamento crítico e de interpretação das evidências investigadas no bem patrimonial. Essa etapa implica a realização de procedimentos de análise do problema, levantamento de hipóteses, discussões e pesquisas em bibliotecas e outros acervos. 4ª) Apropriação do bem cultural: nessa etapa, espera-se que os educandos e/ou a população envolvam-se efetiva e afetivamente com os bens culturais, participando de forma criativa de “releituras” desse patrimônio e expressando-as de diferentes formas: textos, músicas, danças, pinturas, dramatizações, fotografias, vídeos etc .

O trabalho com a memória e o patrimônio cultural na escola pode ser realizado de diferentes maneiras. É recomendável que o grupo de professores de diferentes áreas se reúna para discutir e planejar sequências de ações didáticas e projetos educativos voltados ao patrimônio cultural e natural na escola. É importante que essas ações envolvam alunos e demais membros da comunidade escolar, como funcionários, pais de alunos e moradores do bairro.

Quanto à escolha da temática patrimonial que será desenvolvida como projeto de trabalho na escola, é recomendável que o professor leve em consideração as manifestações culturais e os lugares de memória que cercam os alunos; dessa maneira, eles poderão reconhecer no objeto de estudo escolhido suas identidades individual e coletiva. Tal procedimento ajudará a despertar no aluno a afetividade em relação ao que

se pretende estudar, o que fará com que o professor, por sua vez, tenha mais possibilidades de estimular os alunos a empreender o estudo proposto.

Sugere-se também que as escolhas temáticas variem de acordo com o ciclo escolar a que se destinam, e que contemplem diferentes tipos de bens patrimoniais. Assim, ao longo do término do Ensino Fundamental II, os alunos terão se aproximado de diferentes conteúdos e conceitos relacionados à temática da educação patrimonial.

Por exemplo, ao escolher um lugar de memória do bairro ou da cidade, convém indagar aos alunos, na fase de identificação do bem patrimonial: Como ele é preservado? O que é preservado? Por que razões é preservado? Quem o preserva?

Ao longo da execução de uma atividade, sequência didática ou projeto, o professor deve ainda prever momentos e situações em que os alunos tenham a oportunidade de compartilhar seus sentimentos e descobertas com a classe, expressando-se, ouvindo os colegas, trocando opiniões e defendendo posições.

### ***Considerações finais***

Na última metade do século XX, acentuou-se o sentimento de que vivemos em um mundo cada vez menor e cada vez mais global. Se, por um lado, esse fato mostra-se extremamente rico, no que se refere a circulação de ideias e acesso a informação e as produções artísticas, literárias, por outro percebe-se que a história local e regional, e a memória coletiva de espaços delimitados e a identidade local necessitam ser trabalhada a partir da educação patrimonial.

Nessa, perspectiva, a abordagem sobre o conhecimento, a conservação, a preservação são desafios tanto para os educadores, como para as políticas públicas e para as comunidades de cada lugar, sendo necessária a constante reflexão por parte do professor, como de materiais didáticos e de formação adequados a consecução desse desafio, qual seja, trabalhar a educação patrimonial na escola.

### **Referencias Bibliográficas**

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental.

*Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais e ética.*

Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf> . Acesso em 02 jun.2015.

FIGUEIRA, Cristina. Ap. Reis., MIRANDA, Lilian de Cássia. *Coleção Mundo Amigo – História*. São Paulo: Edições SM, 2009.



---

*Educação patrimonial no ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental: conceitos e práticas.* São Paulo: Edições SM, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.* 3ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan, 2009.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriana Queiroz. *Guia básico da educação patrimonial,* 4ª ed. Brasília: Iphan/Museu Imperial, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto de História,* São Paulo: Ed. da PUC, n.10, p. 7-28, dez.1999